

ada, sera assinado para que produza seus efeitos legais

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 27 de outubro do ano de 1998.

As dezto horas do dia 27 de outubro do ano de 1998, sob a Presidência do Vereador Waldir Raurício de Aguiar Neto, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Braz Benedito Arcanjo Filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso responderam o chamado regimental os seguintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Edalton Pinho de Andrade, Aires Pessa de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Beranger, João dos Santos Mendes, Ransel Filho da Silva Filho, Ruyri Guarnadoro Ramos Rêinica, Hilton Roberto Ferreira de Souza, Silas Rodrigues Brito, e Volney Rodrigues da Silva havendo número regimental e Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus Não havendo Ata para ser lida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Ata SARE nº 024/98 da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, assunto: Encaminhamento a Renegação nº 003/98 para a aprovação desta taxa Legislativa, Projeto de Lei nº 034/98: Renegação do Decreto nº 003/98, assunto: Estorno a Receita e para a Despesa do Município de Cabo Frio para o exercício financeiro de 1999, Requerimento nº 112/98 de autoria do Vereador Gustavo Antônio Guimarães Beranger, assunto: requerimento do Expediente à flm: 32 Livro Helio Dillers Bochimiock R.D. General e Preparador do SEBRAE, solicitando informações sobre créditos a pequenos e médios empresários, Requerimento nº 113/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Ferreira de Souza, assunto: soluta ao Presidente do IBAMA, urgentes soluções para combater a pesca de arrasto no litoral de Cabo Frio, Requerimento nº 114/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Ferreira de Souza, assunto: requerimento do Expediente ao Excmo Sr. Manoel Nunes Alencar, D.D. Governador do Estado.

do Rio de Janeiro, solicitando a instalação de redutores eletrônicos de velocidade, na Av. América Central, Requerimento nº 115/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Requerimento de Expediente ao Sr. Prefeito Roberto Coelho de Souza, P.D. Presidente do D.E.B., solicitando a instalação de redutores eletrônicos de velocidade, na Avenida América Central. Requerimento nº 128/98 de autoria do Vereador Edson Silva Magalhães, assunto: Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal que junto ao órgão competente proceda a colocação de duas lombadas eletrônicas na Av. América Central - Praia do Biquero, Indicação nº 129/98 de autoria do Vereador Edson Silva Magalhães, assunto: Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal providências no sentido de estabelecer um retorno na Av. América Central, através do Avo "D" em frente ao Memorial, ou melhor marmoraria S. Francisco, Indicação nº 130/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal a pavimentação das Ruas Diniz, Trindade e Rondônia, localizada no Bairro Praia do Biquero, Indicação nº 131/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal a colocação de áreas às margens do Canal do Itapuri para a manutenção dos bancos de pesca, Indicação nº 132/98 de autoria do Vereador Hilton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal a instalação na Av. América Central de redutores eletrônicos de velocidade ou um similar, e boxes para entrada dos ônibus nos pontos. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transferiu a Tribuna ao Deputado moçito, ocupou a Tribuna o Vereador Ranuel Góes da Silva Filho, lendo comentários sobre as circunstâncias que envolvem o Município, envolvendo custos de gastos e demissões de funcionários, observando a pouca importância que estava sendo conferido o Projeto Souzaiz. Prossequindo, disse que a Bancada do Governo, a qual também integrao, sabia de tais assuntos apenas através de imprensa ou por pessoas ligadas ao Executivo, e que eximia a Bancada de qualquer tipo de ingerência, mas cumprira a Câmara Municipal de Cabo Frio extirpar a sua posição a respeito dos temas. Cateu a respeito de documento para o exercício de 1999, quando o hospital não podia abrir mão de sua atividade legislativa, a exemplo de outras circunstâncias legislativas também de outro orçamento. Afir-

mou que cumpria a Câmara encontrar caminhos para assinalar no Orçamento, que redução de gastos não significava negar a iniciativa para investimentos sociais na área Social e assim, mostrar o que o Legislativo pensava sobre assuntos de suma importância, até mesmo por emendas que propunham para a bondade o interesse público através dos Vereadores. Dinco sobre a proposta Orçamentária, disse que por simples leitura do texto vislumbrava-se que mantido o Artigo onde o Executivo tem a inteira liberdade para remanejar unidades orçamentárias, modificar cargos, entre outros. Disse que a discussão do Orçamento entre a Câmara e o Executivo analisar com muita prudência e equilíbrio a questão de redução de gastos e ainda, que a Lei de Múos deveria estar a mercê dos Debates, com o Executivo e Legislativo, tendo como paradigma as medidas de ordem Administrativas que estavam sendo comentadas, oriundas do Executivo talou do prior que consistia na aprovação quase íntegra das propostas Orçamentárias, através da Câmara, mas, afirma-se um momento singular no Brasil, e assim, era indispensável uma análise mais profunda do texto original, até como demonstração de equilíbrio e lucidez por parte do Legislativo, deprimindo-se de forma isenta o que seria investimento e o contraponto na redução de gastos. Em aparte o Vereador Aires Pessoa de Figueiredo disse que a proposta Orçamentária podia conter alguns equívocos de ordem técnica, na medida em que o Governo falava em extinção de Secretarias, mas, o tempo era aliado do Legislativo na aprovação da matéria, com o prazo para aprovação expirando em 31 de dezembro. Disse ainda, complementando o aparte que seria de se esperar convite do Senhor Prefeito para que em conjunto fosse analisado o Orçamento para 1999, nos seus desdobramentos que envolviam a redução do quadro funcional, e aplicação de sobras remanescentes em projetos de ordem Social. Em aparte, o Vereador Fábio dos Santos Mendes disse que nas entrevistas em que o Senhor Prefeito falava em falta de lucidez dos líderes na Câmara, e também este di dispria, observou que também podia falar lucidez ao Senhor Prefeito, quando falava em extinção de Secretarias, criação de Superintendências de Secretarias assimiladas, com os salários dos postos extintos e mesma remuneração do cargo de Superinten-

Ante, o que era em sua opinião um contrassenso quando se falava em con-  
 ta de despesas. Disse ser claro a disposição do Governo em criar "factíveis"  
 e pagar para a "galera", criando um clima de insupportável intranquilidade  
 de junto a famílias de funcionários. Referindo-se, em portáncia do momento,  
 representado pela elaboração da proposta orçamentária, disse que simplesmente  
 não poderia ser definido uma Banca do Governo, mas primordialmente  
 seus Vereadores sabriam estabelecer o papel do Poder Legislativo trabalhando  
 no interesse maior da Póhlicidade, tratando como mesmo peso a redução de  
 gastos, de corte no funcionalismo, e a responsabilidade do Poder Legislativo,  
 no que encerrou sua fala. O seguiu, ocupou a Tribuna o Vereador Antônio  
Antônio Guimarães Perazzo comentando que as palavras do Vereador  
 Manoel Jobino o haviam feito lembrar as palavras do Deputado Federal  
 quando indagado sobre a recusa do candidato Bisar Abreu em compare-  
 cer ao debate com Garotinho, respondendo: "Eu acho que ele está errado,  
 que ele deveria comparecer, mas se ele diz que não vai ele sabe o que está fa-  
 zendo, ele sabe tudo, ele está certo e então eu estou com ele independen-  
 temente do minha opinião a respeito". Prossequindo, disse que concordava  
 com o Orador que o antecederia, quando afirmava que a Câmara apre-  
 vava por praxe, sem discussão, as matérias oriundas do Executivo, e assim  
 louvava o discurso do Vereador Manoel Jobino quando destacava a impor-  
 tância do Legislativo na condução dos negócios municipais. Adiante, dis-  
 se de sua preocupação com o propalada extinção de Secretarias, mormente a  
 Secretaria de Agricultura que já não existe na prática, tendo como para-  
 lelo a difícl situação vivida pela zona rural do Município. Falou de índi-  
 eos de irrigação da Fazenda Campos Verdes, desapropriada pelo Governo  
 anterior, tendo como objectivo dar um boost as questões da terra naque-  
 la região, e, implantar a Secretaria de Agricultura dotada de todo infra-  
 estrutura necessário. Disse que segundo se sabia a Secretaria de Agricultura  
 já não existia, da mesma forma seu equipamentos nem mesmo telefone e  
 que o Secretário já não comparecia para despachar. Disse que por ocasião  
 do último pleito havia estado em Campos Verdes, quando se comenta-  
 ra indícios de irrigação na área desapropriada, e assim alertara ao  
 Governo Municipal quanto a preservação de patrimônio do povo cabense.

A  
e a medida que tiveram ser adotadas para dar um basta e inibições de propriedade Pública. Com relação a demissões que vieram determinadas pelo Governo Municipal, obrigou que a legislação vedava qualquer tipo de demissão, nos meses antes e depois do Ato eleitoral, assim, procedimento administrativo que interfere em atuação funcional se poderia ser aplicado após o prazo legal. Prossequindo, disse que se o caso fosse caracterizado como obediência e Lei Municipal, no caso, a transgressão do percentual de cinquenta e cinco por cento com pagamento de pessoal, disse não entender tal decisão, na medida em que outros artigos da Lei Orgânica não eram cumpridos. Citou como exemplo o Artigo 4º das disposições transitórias que obrigava o Governo a pagar o Vale Transporte e que não era obedecido. Lembrando a seguir declarações do Governador eleito, Garibaldi quando afirmara que não iria demitir porque o Estado precisava de funcionários e como solução iria aumentar a taxa para resolver o problema do Orçamento do Estado e não transgredir a Lei Federal. Disse não ser coerente que um Prefeito que admira no último doze meses cerca de trezentos funcionários, e que se quando relação enviada pelo Executivo a Prefeitura mantinha quatro mil cento e oitenta e dois funcionários. Afirmou ainda que o Governo não permitiria deixar a Prefeitura com um número bem inferior de funcionários, e que estava sendo pesquisada a relação exata para comentários posteriores, enquanto o atual Governo além de admitir um excesso terceirizou uma série de serviços, como limpeza e coleta de lixo, aliás, efetuada apenas na Passagem e no Centro, mas que tal procedimento deveria diminuir o número de funcionários o que não acontecera segundo relação oficial. Prossequindo, disse que a folha de pagamento do mês de outubro de 1996 da Prefeitura, incluindo Bólios era de mais ou menos um milhão e meio de reais, e atualmente, sem Bólios, números de maio de 1998 estejara a folha com aproximadamente dois milhões de reais, observando-se a terceirização de serviços praticada pelo atual Governo. Em aparte o Vereador Júnior dos Santos Mendes disse que nenhum aporte salarial fora concedido pela atual administração, com o Dever enfatizando que o Vale Transporte não

estava consubstanciado aos funcionários municipais. Prossequindo, disse que até elocutando as palavras do Vereador Aires Berra e também do Vereador Manoel Gótho, disse que o Cidadão brasileiro viveu um momento muito difícil, e, se o Município estivesse vivendo o caos absoluto, em qualquer maneira sendo prestado, sem fazer política de meio fio, sem fazer fôros, shows, parcos a disposição de beneficiários, o que contrariava a lei orgânica, com a fidelidade financeira, até entenderia ou melhor entendia os dilemas, mas não era este o quadro do Município. Prossequindo, disse que o próprio Prefeito elardecera a saúde financeira do Município para a prestar a folha e assim, disse que com lei ou sem lei, com motivação que fosse escolhida, era imperativa o bom senso, e assim o Governo Municipal não poderia tomar decisão tão grave sem uma análise ampla da situação visto as consequências à ordem social, no que encerra sua fala. Não havendo mais Oradores para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias: foi encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação o Projeto de Lei nº 034/98, foram aprovados os Requerimentos nos 112/98, 113/98, 114/98, 115/98, 125/98 e as Indicações nos 129/98, 130/98 e 131/98. Rebrada a Indicação nº 132/98. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse, a presente Ata que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessão Quinta Período Ordinário do Segundo Período legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 29 de outubro do ano de 1998

As depois horas do dia 29 de outubro do ano de 1998, sob a Presidência em exercício do Vereador Aires Berra